

EM BUSCA DA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA: MARXIMO E VIDA ACADÊMICA

Milton LAHUERTA¹

- RESUMO: O texto trata da articulação entre o nacional-desenvolvimentismo presente na produção cultural da década de 1950 e a pauta, essencialmente acadêmica e científica, proposta pela chamada “escola de sociologia uspiana”, sob o comando de Florestan Fernandes. Pretende-se demonstrar que, a despeito da aparente incongruência das duas proposições, na conjuntura de radicalização política e ideológica que se desenvolveu no período e em virtude da leitura de Marx efetivada pelos discípulos de Fernandes, ocorreu um deslocamento desse grupo para uma posição de esquerda que o aproximou, ainda que criticamente, dos temas hegemônicos à época.
- PALAVRAS-CHAVE: Nacional-desenvolvimentismo. Marxismo. Vida Acadêmica. Intelectuais. Dualidade. Dialética.

Ciência e militância

No contexto de radicalização política e ideológica do final da década de 1950, a sociologia produzida no âmbito da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo (USP), sob o comando de Florestan Fernandes, ainda que preocupada com o estabelecimento de uma “tecnologia do saber” e avessa à intervenção política direta, acaba realizando uma guinada em sua trajetória, ao estabelecer uma aproximação com o marxismo, que contribui para deslocar o conjunto da cultura ilustrada paulistana para a esquerda, aproximando-a, ainda que com muitas críticas, de preocupações típicas da perspectiva nacional-desenvolvimentista (LAHUERTA, 1999; PÉCAUT, 1990). Nessa guinada, não é possível deixar de considerar a mudança nas posições de Florestan

¹ Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Faculdade de Ciências e Letras-UNESP – Araraquara-SP – 14800-901. E-mail: lahuerta@fclar.unesp.br.

Fernandes. Este, ainda que, prioritariamente, preocupado em imprimir à sua reflexão uma marca especificamente sociológica e científica, com o acirramento da conjuntura política, passa a se colocar cada vez com maior ênfase a necessidade de não se descuidar da questão da cidadania. Tal preocupação, muito permeada pela temática da “mudança social” e fortemente influenciada pelas idéias de K. Mannheim, lança-o no cerne daquela que será sua obsessão permanente: como combinar o cientista social rigoroso e o militante? Dito em outros termos, como mobilizar a atividade do cientista, metodicamente escolada, para imprimir uma certa racionalidade a processos de mudança social, espontâneos ou dirigidos? Ou seja, como conjugar ciência e política? (SOUZA, 2005; MARTINS, T., 2003).

Essas inquietações em Florestan revelavam a influência dos “pais fundadores” da reflexão social contemporânea: de Durkheim, a tomada de posição circunstanciada pelo conhecimento e a pretensão de uma intervenção racional e científica na realidade social; de Weber, a sensibilidade para os problemas derivados da Revolução Burguesa frustrada e dos obstáculos conservadores à ordem social competitiva; de Marx, a pretensão de intervir racionalmente, mas para acelerar a mudança. Eram, portanto, manifestações do “ecletismo” que se atribui a Fernandes (COHN, 1987) e que, de certo modo, permanecerá como um referencial não só de sua obra até o final da década de 1960, mas também como uma influência marcante em toda a produção sociológica da Faculdade.

Por sua produção monumental e significativa, e pelas polêmicas que protagonizou na década de 1950, não é arbitrário dizer que Florestan Fernandes foi o personagem-síntese da trajetória da FFCL-USP (a “Maria Antonia”) durante esse período de forte radicalização ética, quando sua pauta acadêmica, temperada pela incorporação de Mannheim no que se refere à questão do intelectual (MARTINS, T., 2003), fica permeada por um marxismo difuso. De certo modo, ele será o elemento de ligação entre a matriz de pesquisa referenciada pelos professores estrangeiros e a vontade de participação que emanava da conjuntura radicalizada entre os jovens na virada da década de 1950 para a de 1960. É evidente que o reconhecimento desse papel de Florestan Fernandes, bem como da importância da atualização elaborada pela “escola de São Paulo” do pensamento sociológico no período, não significa aceitar que a sociologia no Brasil seja um “produto paulista”², nem muito menos menosprezar que Florestan contava com outros importantes “colegas” de geração atuando

² O equívoco dessa visão foi muito bem apontado por Renato Ortiz (1990).

no ambiente da Maria Antonia (basta lembrar os nomes de Antonio Candido, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Aziz Simão e Ruy Coelho). O ponto que o diferencia, e a seus assistentes e alunos, reside no caráter coletivo da produção e na influência de suas idéias em textos e programas de pesquisas posteriores (BASTOS, 2002).

A preocupação de Florestan nesses anos centrava-se na perspectiva de superar a defasagem entre o alto nível de formação acadêmica trazido pela “missão francesa” e pelos professores americanos e as “nossas necessidades sócio culturais” (FERNANDES, 1976, p. 115). Ou seja, Florestan reconhecia os méritos, mas não deixava de apontar os limites da formação que vigia na FFCL-USP, chamando a atenção para o fato de que ela “não preparava o estudante para nenhuma carreira e muito menos para a carreira científica” (FERNANDES, 1976, p. 115). Para ele haveria um *déficit* de “militância” científica entre seus intelectuais, já que a ciência e a pesquisa deveriam servir ao desenvolvimento nacional autônomo.

Ninguém pode ignorar que é no setor do pensamento científico e tecnológico que o progresso das nações desenvolvidas se mostra mais rápido. Se quisermos atenuar ou superar a distância que nos separa dessas nações, o caminho é um só – conquistar pleno domínio das técnicas sociais modernas, entre as quais se incluem o pensamento científico e a tecnologia fundada na ciência. (FERNANDES, 1976, p. 116).

Falar em complexidade, singularidade e originalidade para qualificar a obra de Florestan Fernandes não é nenhum arroubo retórico. Afinal esses são atributos que, sem nenhum favor, cabem-lhe perfeitamente e sobre isso não há muita controvérsia. Já qualificar os momentos de ruptura de sua obra tem sido objeto de maior grau de dissenso, particularmente no que se refere ao momento em que ele rompe com o ideal de separação entre ciência e política³.

³ Num sentido genérico, Maria Arminda do Nascimento Arruda vislumbra pelo menos quatro momentos importantes para se compreender essa ruptura: 1) o início de carreira com os trabalhos sobre folclore e a elaboração de sua dissertação de mestrado sobre *A organização social dos Tupinambá*; 2) a etapa de florescimento como *scholar*, que inicia-se com a pesquisa *Branços e negros em São Paulo*, desdobra-se na *A função social da guerra na sociedade tupinambá* e contém a obra teórica *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*; 3) a fase de transição, quando produz *A sociologia numa era de revolução social*, *A integração do negro na sociedade de classes*, *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*; 4) e os trabalhos produzidos após sua aposentadoria compulsória, marcados por uma análise mais militante e pelo abandono da ênfase teórico-metodológica, momento em que a sua energia se concentra na crítica ao regime autoritário (ARRUDA, 1995). Já Barbara Freitag organiza a produção de Florestan Fernandes dividindo-a em duas grandes etapas: 1) uma fase acadêmico-reformista; 2) uma fase político-revolucionária que se explicitaria somente depois de sua aposentadoria compulsória. Entre as duas teria ocorrido uma ruptura epistemológica através da qual Florestan abandonaria os princípios do planejamento democrático, na linha proposta por Mannheim, para assumir uma postura mais marxista (o que teria coincido com sua aposentadoria, em 1969, como

Para efeito de minha argumentação, a posição apresentada por Carlos Guilherme Mota é a mais adequada para caracterizar o momento de guinada de Florestan e da “escola uspiana de sociologia” com relação ao modo como concebiam a relação entre as Ciências Sociais e a sociedade. Conforme veremos adiante, é nesse período que, não apenas o processo político do País se acirra levando a cultura paulistana a efetivar um deslocamento à esquerda, como também os discípulos de Florestan se lançam em uma iniciativa radical, constituindo um grupo para estudar sistematicamente, não como um método a mais, o pensamento dialético. Partidários de uma leitura autônoma da obra de Marx, esse grupo de professores-assistentes e graduados da FFCL-USP passaria a ser conhecido como o Grupo d’*O Capital*⁴.

A preocupação com a possibilidade de ser colocado num plano secundário faz com que Florestan Fernandes radicalize suas inquietações com relação ao papel do cientista social diante da emergência das revoluções sociais, sintonizando-se com as correntes de pensamento que se pretendem socialmente mais avançadas, além de procurar responder ao movimento de seus antigos discípulos. Em suas próprias palavras, “[...] diante de um grupo orgânico de sociólogos-pesquisadores que se dispunham a interpretar o Brasil e a periferia capitalista à luz de novas categorias sociológicas, eu precisava refazer as minhas metas para ter o direito de continuar à testa do grupo [...]” (FERNANDES, 1980, p. 192). Ou seja, Florestan Fernandes se sentia desafiado por aqueles que “[...] ensinara a perfilhar a imagem do sociólogo comprometido com o ‘pensamento inventivo na ciência’ e com ‘a transformação da sociedade brasileira’ [...]”

conseqüência do AI-5) (FREITAG, 1987). Carlos Guilherme Mota, por sua vez, localiza o momento de radicalização em sua trajetória justamente no final da década de 1950, quando Florestan teria deixado de se utilizar da acentuada orientação funcionalista, acrescentando à perspectiva de constituir uma Ciência Social rigorosa uma preocupação crescente com a busca de respostas para os dilemas do país. Para Mota, o marco de tal guinada é o livro *A sociologia numa era de revolução social* (FERNANDES, 1976), publicado em 1962, mas reunindo textos escritos entre 1959 e 1962. Esse seria, portanto, o momento de ruptura (MOTA, 1986).

⁴ O grupo de estudos de *O Capital* foi formado em São Paulo por jovens professores-assistentes da FFCL-USP em 1958, com o intuito de estudar a obra maior de Karl Marx, além de dialogar com outros autores marxistas. Desse empreendimento, que dava ênfase à formação interdisciplinar de seus integrantes, participavam, entre outros, o filósofo José Arthur Giannotti, os sociólogos Octávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, a antropóloga Ruth Cardoso, o historiador Fernando Novais e o economista Paul Israel Singer. As reuniões do grupo se realizaram durante cerca de sete anos (1958-1964) nas residências de seus membros, com a prioridade definida por ordem alfabética dos participantes. Assim, quinzenalmente, as reuniões eram regidas pela leitura da obra de Marx, seguida pela de outros autores; as leituras eram dirigidas por um relator que tinha a obrigação de estimular as discussões. A escolha do relator seguia o mesmo critério da escolha das casas, de tal forma que estabelecia-se um rodízio entre os integrantes para a abertura da sessão. Após o debate, que geralmente começava no início da tarde e se estendia até a hora do jantar, discutia-se política e comentava-se os acontecimentos mundiais e nacionais, entre outros assuntos (GIANNOTTI, 1998; SCHWARZ, 1998).

(FERNANDES, 1980, p. 193) e que lhe devolviam essa imagem engrandecida exigindo-lhe que se comportasse de acordo com ela. Para enfrentar esse desafio, ele colocava-se na “pista de corrida”, ainda que como um companheiro mais velho, mas no fundo com a perspectiva de preservar sua condição de liderança intelectual e de se manter no centro dos acontecimentos e processos. A leitura de *A sociologia numa era de revolução social* (FERNANDES, 1976) é reveladora de que Florestan radicalizaria suas posições no final da década de 1950, problematizando a idéia que tinha da Sociologia e da ação do sociólogo, tendo “[...] em vista suas possibilidades de contribuição original ao desenvolvimento da teoria sociológica e à solução (ou, pelo menos, ao equacionamento sociológico) dos problemas sociais e dos dilemas históricos do país [...]” (FERNANDES, 1980, p. 195).

No início da década de 1960, sob o impacto da Campanha de Defesa da Escola Pública (FERNANDES, 1976) e do deslocamento à esquerda da FFCL-USP (SADER, 1996), Florestan começava a se distanciar do funcionalismo, retomando a leitura de Marx e procurando dialogar com o marxismo de seus assistentes e alunos. Compreende-se que, em várias ocasiões, faça questão de reafirmar que Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Luiz Pereira, Marialice Mencarini Foracchi, Maria Sylvia Carvalho Franco e Leôncio Martins Rodrigues, entre 1960 e 1965, o estimularam a uma revisão das teorias sobre o capitalismo, o regime de classes e o Estado nos centros imperiais da civilização industrial. Sem negar validade às outras teorias, o que passa a preocupar Florestan Fernandes, além de repor os problemas fundamentais, é procurar as diferenças específicas do capitalismo dependente. Inclusive, insistindo quanto à necessidade de desmistificação da consciência burguesa como meio para se interrogar sobre a especificidade “[...] de nossa revolução burguesa de um ângulo específico, que leve em conta o que nos reservava uma burguesia dependente, ultraconservadora e tão profundamente pró-imperialista [...]” (FERNANDES, 1980, p. 202).

Pensamento crítico, marxismo e Ciências Sociais

Seria ocioso prosseguir reafirmando a importância de Florestan Fernandes para a sociologia brasileira. É indubitável que, com relação ao grupo em questão e no ambiente de “comunidade fechada” da Faculdade da Rua Maria Antonia (SANTOS, 1988), Florestan ocupava um lugar de destaque quase absoluto. Basta apenas lembrar que seus jovens assistentes, articulados em torno de uma leitura de *O Capital*, além do empenho em compreender a obra maior de Karl Marx e de se distanciar dos referenciais

vigentes à esquerda na época, estavam preocupados também em se autonomizar da figura do mestre. Conhecido como o Grupo d’*O Capital*, esse empreendimento marcou época pelos resultados teóricos a que chegou e fez escola, tornando-se por cerca de duas décadas uma espécie de modelo de trabalho intelectual rigoroso e militante.

Nele, José Arthur Giannotti teve um papel fundamental no desenvolvimento posterior dos trabalhos, por procurar implantar, desde o início, uma leitura centrada na “explicação do texto”, técnica aprendida com Gilles-Gaston Granger (ARANTES, 1994, p. 241) e aperfeiçoada em sua estadia francesa⁵. Diga-se de passagem que tal preocupação não era estranha à formação sociológica dos outros membros do grupo, treinados num clima de muitas exigências quanto à importância do rigor teórico-metodológico, o que tornava produtiva a convivência de posições diferentes, possibilitando assim o empreendimento coletivo.

O objetivo mais evidente do grupo foi o de fazer, através da junção de várias áreas de atuação, um esforço teórico que lhe possibilitasse elaborar uma “nova interpretação do Brasil”, e de seu lugar no mundo, a partir da apreensão do estágio em que se encontravam as relações capitalistas de produção no País. O empenho adquire maior significado se temos em conta as profundas transformações pelas quais a sociedade brasileira estava passando.

Genericamente, pode-se dizer que o grupo surge contrapondo-se a, pelo menos, três referências teóricas bem definidas. De um lado, a referência mais imediata diz respeito à obra e a figura de Florestan Fernandes, que havia introduzido novas técnicas de investigação empírica e um padrão de rigor com o qual a intelectualidade do País não estava habituada. Ademais, Florestan, com sua pretensão de integrar os vários métodos sociológicos de interpretação a partir das três principais tradições das Ciências Sociais – Durkheim, Marx e Weber –, havia se tornado um ponto de referência na institucionalização da disciplina e a liderança hegemônica entre os intelectuais de São Paulo (ARRUDA, 1995).

A outra referência não tão próxima, mas tão intrincada quanto, expressava-se através da doutrina econômica e social produzida pela

⁵ Por sua capacidade de empreendimento, Giannotti teria uma influência intelectual e institucional de grande importância no contexto da FFCL-USP. Além de ter sido decisivo para a fixação de um marxismo vacinado contra as simplificações estruturalistas, Giannotti teria também a preocupação com a criação de um corpo de professores estável, organizados em torno de um programa intelectual bem definido. Sua percepção no início da década de 1960 de que a FFCL-USP sofreria um processo de reestruturação, em virtude da aposentadoria dos professores catedráticos (João Cruz Costa, Lívio Teixeira, G. G. Granger, etc.) e da exigência crescente de titulação, levou-o a acelerar sua livre-docência. Além disso, de certo modo, acabou forçando Bento Prado, que estava retornando da França para concluir o doutorado, a fazer diretamente a livre-docência com 28 anos. Giannotti pretendia estruturar um Departamento de Filosofia atendendo às exigências da reforma universitária que se anunciava (ARANTES, 1994, 1995).

Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) da Organização das Nações Unidas (ONU). São conhecidas as posições desta instituição, mentora maior dos projetos nacional-desenvolvimentistas na América Latina, no sentido da necessidade de se criar técnicas que contribuíssem para diminuir o atraso desses países frente aos desenvolvidos. Na raiz do subdesenvolvimento estaria, portanto, a estrutura produtiva heterogênea agro-exportadora, vitimada pela troca desigual com os países centrais. A superação de tal condição demandaria programas geridos pelo Estado para incentivar o mercado interno e o desenvolvimento industrial. O planejamento estatal e a reforma agrária apareciam assim, como pré-requisitos indispensáveis para o desenvolvimento.

Por fim, a terceira referência, ainda que meio difusa, concentrava-se nas teses defendidas pelo nacionalismo teórico, tanto nos moldes isebianos quanto comunistas, que trabalhava a partir do suposto de que a contradição fundamental da etapa em que se vivia era entre a nação (burguesia nacional, operariado, estudantes, intelectuais) X a anti-nação (entendida esta como sinônimo de imperialismo, latifúndio, direita militar, etc.). Há grande diversidade de fontes informando o nacionalismo – mais marcadas pelas teses da CEPAL⁶, ou pelas teses da esquerda comunista, herdeiras da interpretação da Internacional Comunistas para os povos coloniais e semi-coloniais, no sentido da realização de uma revolução democrático-burguesa – mas, no essencial, constitui-se um caldo de cultura genericamente fundamentado numa modalidade de marxismo que não se pauta pela obra maior de Marx, *O Capital*. Daí sua reduzida atenção ao capitalismo enquanto sistema e sua verdadeira fixação pela temática do colonial e do semi-colonial – espécie de estigma de origem que precisava ser extirpado para superar o subdesenvolvimento.

Refutando tais vertentes, as pretensões do grupo da USP começaram a ganhar uma dimensão mais abrangente quando José Artur Giannotti publicou na *Revista Brasileira*, em 1960, o texto “Notas para uma análise metodológica de *O Capital*”. Nele seriam explicitados os objetivos do trabalho, qualificado como um estudo coletivo e interdisciplinar inspirado na complexidade da realidade, na sofisticação das Ciências Sociais e na impossibilidade da realização da grande síntese por um só indivíduo. Se a heterogeneidade disciplinar lhes aparecia como uma garantia de que se caminhará com segurança no âmbito das ciências específicas, ela também lhes teria exigido muita discussão para que pudessem chegar a um vocabulário comum. Somente, após mais de um ano de seminários

⁶ Alguns dos isebianos reconhecem que o pensamento econômico da CEPAL, teve forte influência sobre suas formulações. Inclusive, o próprio Guerreiro Ramos tinha como objetivo explícito transpor o raciocínio econômico da instituição para a análise da sociedade (PAIVA, 1980, p. 180).

quinzenais, se sentiam adotando uma maneira própria de compreender Marx e os problemas da sociedade estudados por esse autor (GIANNOTTI, 1960).

A leitura que estavam realizando da obra maior de Karl Marx era singular por mobilizar, na expressão de Marcos Nobre, um “consórcio de especialidades” (NOBRE, 1999). O que fazia com que o parâmetro do estudo – Marx dentro das Ciências Sociais e da Filosofia – buscasse legitimidade reivindicando uma “nova maneira de compreender sua obra”. Afirmavam-se assim, duplamente: frente ao universo acadêmico, ao apresentar o seu estudo como uma tarefa eminentemente científica que objetivava o rigor intelectual e o refinamento analítico, e num horizonte mais amplo ao romperem com o jurisdicionamento da teoria realizado pelo marxismo oficial. Ou seja, afirmavam-se como marxistas, mas procuravam distanciar-se das teses e organizações hegemônicas na cultura de esquerda. A novidade desse marxismo estava justamente na ênfase dada não à articulação entre teoria e prática, mas sim à preocupação com o rigor metodológico⁷ e à relação com as Ciências Sociais. E, ainda que fossem críticos ferozes – principalmente Giannotti – da positivização do pensamento, considerando que o positivismo, com sua rendição às leis naturais, pouco teria a dizer sobre a essência do real encoberta pelas aparências, insistiam bastante quanto à necessidade de construir um pensamento científico rigoroso e metodologicamente bem fundado. Em sua concepção, o ângulo dialético adotado garantia a eles uma espécie de proteção contra o naturalismo do positivismo.

É a ênfase no método que os dirige para a obra máxima de Marx⁸, que passa a ser lida com o recurso da lógica de Hegel, o que os coloca num horizonte teórico para o qual a preocupação com o ângulo da totalidade, como pressuposto para apreender concretamente o modo de produção capitalista e sua especificidade numa sociedade marcada pelo patrimonialismo, é fundamental. Nesse sentido, pretendem distanciar-se tanto da vulgata marxista – expressa nas contraposições dualistas e na

⁷ No que, em princípio, não se diferenciam de outros movimentos teóricos que também passam a realizar novas leituras de Marx com ênfase no método e a partir de uma vivência estritamente acadêmica. Fenômeno que, na caracterização de Perry Anderson, teria sido típico do “marxismo ocidental” (ANDERSON, 1984). Há que se destacar, contudo, que a novidade do movimento feito pelo Grupo d’*O Capital* residiria exatamente no vínculo buscado com as Ciências Sociais. Daí sua ênfase metodológica não ter se diluído num formalismo estéril, propiciando, pelo contrário, a formulação não só de uma nova “interpretação do Brasil”, mas também uma abordagem criativa do lugar do país e da América Latina no universo das relações capitalistas. Os estudos de Fernando Henrique Cardoso (CARDOSO; FALLETTO, 1975; CARDOSO, F., 1971) e de Florestan Fernandes (1973) sobre dependência são expressivos disso.

⁸ É interessante notar que essa ênfase no método, ainda que aparentemente os colocasse no horizonte do “marxismo ocidental” analisado por Perry Anderson (1984), se revelaria bastante promissora, pois se desdobraria numa nova interpretação da sociedade brasileira e de seu lugar no mundo.

seqüência de modos de produção – quanto do leninismo, com sua ênfase centrada no tema da ação revolucionária. Revelavam assim a permanência da tradição, introduzida pelos mestres franceses, da leitura estrutural do texto, a partir dos pressupostos concretos mobilizados por seu autor, e as marcas do treinamento imposto por Florestan Fernandes, que os havia levado à leitura dos clássicos da sociologia, em especial de Max Weber (VIANNA, 1999), como parte de sua formação profissional. O que significa dizer que a obra máxima de Marx seria lida de modo sistemático por motivações intelectuais, profissionais e até políticas, mas não pelo tema da revolução. Nesse sentido, estimulados por Florestan Fernandes, tanto F. H. Cardoso quanto Ianni e outros já haviam sido instados a estudar a mudança social e os obstáculos estruturais à emergência da ordem social competitiva (COHN, 1986; ARRUDA, 1995). Depois de uma fase de estudos centrada na escravidão, passariam a se colocar, quase naturalmente, como seu principal objetivo compreender a industrialização e a mudança social, especialmente em São Paulo⁹.

Portanto, esses intelectuais eram expressivos de um ponto de vista em sintonia com a intensa industrialização e urbanização da capital paulista, o que fica evidente na definição de seus objetos de estudo e nos focos analíticos privilegiados nas investigações científicas, a partir do início da década de 1960. Entretanto, tal condicionamento cultural não explica porque eles adotaram e passaram a se identificar com um ponto de vista teórico-metodológico não apenas modernizador, mas também por princípio contestador e crítico do capitalismo. Ou seja, a adesão ao marxismo, não se daria nos termos de uma operação eclética, como Florestan trabalhara até então, mas significaria uma guinada à esquerda, ainda que marcada pela exacerbação da preocupação com o método. A velha fórmula luckacsiana – de que a ortodoxia no marxismo deveria se dar em termos estritamente metodológicos – adquiria assim foro de verdade. O estudo de Marx, feito em termos tão rigorosos, era a garantia para um deslocamento

⁹ A leitura de Marx os levaria a contestar a interpretação do Brasil em vigência, dando-lhes as condições para que pudessem, alguns anos mais tarde, consolidar o deslocamento teórico e conceitual que estavam iniciando. A discussão sobre a dependência é uma espécie de experiência avançada dessa reformulação da análise sobre as possibilidades do capitalismo brasileiro, dos limites de suas classes sociais e dos constrangimentos à democracia. Um dos aspectos importantes desse deslocamento teórico centra-se na perspectiva de que a burguesia brasileira não se identificava com o que era esperado de uma classe nacional com projeto hegemônico; um outro, manifesta-se na recusa em aceitar o Estado como agente de mudança e de desenvolvimento, abrindo espaço teórico para a valorização da sociedade civil que se efetivaria durante a década de 1970. É importante lembrar também a perspectiva ontológica desse marxismo, aberta a uma dialética da consciência e dos sujeitos sociais, onde se vê a influência de Lukács (de *História e consciência de classe*) e de Sartre (de *Crítica à razão dialética*) e, portanto, menos preocupada com as estruturas e avessa ao estruturalismo (althusseriano e funcionalista).

responsável da cultura paulista para a esquerda, com o aval de um fundamento filosófico e metodológico decorrente de um longo treinamento especializado na leitura de textos.

Havia também no empreendimento, o objetivo explícito de se afastar da influência de autores como Talcott Parsons e Robert Merton, além de se pretender contrabalançar a influência do estruturalismo francês. Nesses termos, não pode haver conciliação nem com o funcionalismo nem com o estruturalismo, e o prefácio de Fernando Henrique Cardoso a seu livro *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* procuraria demonstrar exatamente isso (CARDOSO, F., 1977). Mas, talvez não seja exagerado afirmar que nele há também – como já procuramos destacar – uma afirmação de autonomia teórico-metodológica em relação a Florestan Fernandes, que não deixa de ser expressiva também da demarcação de um lugar que se quer superior e à esquerda, porque marxista e metodologicamente bem fundado.

É importante dar destaque à influência filosófica de Giannotti no grupo de leitura de *O Capital*, com sua conseqüente ênfase metodológica, pois ela funciona como uma espécie de atestado do rigor intelectual do empreendimento (ARANTES, 1995, p. 244) (ainda que, como já foi dito, a preocupação não fosse estranha à formação imposta por Florestan¹⁰ aos outros participantes do grupo), mas num registro que efetiva a demarcação de uma ruptura com o ecletismo metodológico. Para eles, rigor significava exercício do raciocínio dialético, com sua ênfase na totalidade, com a busca das múltiplas determinações, com a preocupação em estabelecer as mediações, etc. Nesse sentido, elaboram um movimento de renovação dentro do marxismo ocidental tão ou mais rico do que o empreendido por Althusser e vacinado antecipadamente para o excessivo estruturalismo de sua leitura. Ou seja, ainda que seu esforço – pela inspiração marxista e pela forte preocupação com a dimensão metodológica – tenha semelhanças com o realizado pelo grupo de Louis Althusser, ele acaba sendo mais abrangente por sua preocupação ontológica¹¹ e pela intensa interlocução com as Ciências Sociais e com a interpretação do Brasil.

Como é sobejamente conhecido, a releitura cientificista de Marx, realizada por Louis Althusser e seu grupo, além de procurar estabelecer o momento de uma ruptura com o que havia de hegelianismo em sua obra,

¹⁰ Antonio Candido (1978, p. IX-X), em prefácio ao livro *A condição de sociólogo* (FERNANDES, 1978), se refere à “expansão dominadora do ego”, presente em Florestan, que lhe permitirá impulsionar a guinada científica da sociologia no Brasil, “[...] concebida não apenas como produção de cada um, mas como padrão de trabalho, concepção de vida, ética intelectual e esforço coletivo.”

¹¹ Segundo Paulo Arantes, tal leitura ontológica de Marx, feita sob os auspícios de Giannotti, teria influenciado a elaboração de outras vertentes do marxismo uspiano, inclusive repercutindo na teoria social e na crítica literária (ARANTES, 1994).

pretendia justamente capturar o momento de fundação de uma ciência. Em sua formulação, tratava-se de captar aquele momento revolucionário, no qual são rompidos os pressupostos do pensamento vigente e onde inclusive, se explicita sua condição de pré-científico (ou ideológico), atingindo-se com isso um “ponto de não retorno”, de início de algo novo e irreversível. Na linguagem althusseriana, repercutindo um diálogo com Gaston Bachelard, tal operação expressaria um corte epistemológico quando as filosofias ou ideologias teóricas que definiam o espaço dos problemas sofressem um deslocamento para um outro nível (CARDOSO, F., 1995, p. 9).

Este novo espaço representaria o “começo efetivo” da história de uma ciência. No léxico de Bachelard, conhecer implicaria necessariamente destruição do conhecimento prévio mal elaborado ou pré-científico (CARDOSO, F., 1995, p. 9). Sem sombra de dúvidas, já na operação que, desde a década de 1950, Florestan vinha procurando colocar em prática uma preocupação semelhante era bastante presente. Com a constituição do Grupo d’*O Capital*, tal preocupação se radicaliza e pretende não apenas romper com o conhecimento anterior, mas também superar o ecletismo que seria marca característica na obra desse “pai fundador”.

O marxismo com sua ênfase na luta de classes e na perspectiva da totalidade possibilitava-lhes realizar uma sólida crítica ao estrutural-funcionalismo centrada justamente em sua desconsideração da idéia de conflito que não era concretamente pensado, uma vez que, constituído o “sistema”, ele seria eliminado da análise, impossibilitando à teoria a consideração da mudança e do antagonismo social. Nas várias formulações da sociologia do desenvolvimento encontraremos manifestações dessa lógica: na construção de uma oposição genérica a abstrata entre as características das economias desenvolvidas e subdesenvolvidas; na perspectiva culturalista que pensa a “difusão” de capital, conhecimentos, especialidades, organizações e valores das nações ricas para as nações pobres; na análise do processo de mudança dos países “subdesenvolvidos” para os “desenvolvidos”. Dessa maneira, procurava-se verificar, a partir da observação dos países avançados, o grau de “atraso” de uma sociedade e suas possibilidades de progresso.

A pauta de pesquisa que daí emergia privilegiava a descrição das estruturas sociais (estudos de estratificação, mobilidade, industrialização, urbanização etc.), com ênfase nas resistências sociais às mudanças. Esse modo de colocar a questão do desenvolvimento, que tinha inspiração em Talcott Parsons, Radcliffe-Brown, Georges Gurvitch etc., também freqüentava as análises da CEPAL, da Faculdade Latino Americana de

Ciências Sociais (FLACSO) e do Instituto Latino-americano de Pesquisas e Estudos Sociais (ILPES) (MOTA, 1986).

É inegável que os estudos influenciados por tais correntes teóricas haviam representado um passo à frente nas tentativas de compreender a realidade da América Latina. Tal avanço é expressivo de uma postura que tinha em conta a internacionalização da produção capitalista e preocupava-se com o lugar que a América Latina ocupava e podia ocupar na ordem mundial (BIELSCHOWSKY, 1996). O caráter engajado da produção intelectual cepalina manifesta-se em sua preocupação com o conhecimento científico da realidade latino-americana e coloca na agenda de toda intelectualidade do continente, inclusive dos Estados Unidos, a preocupação com o imperialismo e com a dependência. O marxismo americano e latino-americano, assim como outras vertentes teóricas o fizeram, também vai dialogar criticamente com o pensamento da CEPAL¹².

Nesse aspecto, o marxismo acadêmico de São Paulo não destoa do conjunto, pois participa do debate sobre as possibilidades de um capitalismo nacional e se defronta com o tema da estagnação e da dependência, mas se colocando num ângulo a partir do qual se exige, de vários modos, as classes sociais e o processo geral de acumulação capitalista – e não a nação – como elementos chave da análise (BASTOS, 2002). Conforme vimos, seus membros contam com algumas vantagens sobre outras correntes intelectuais: com uma forte relação com as Ciências Sociais e com um treinamento em métodos e técnicas de pesquisa, realizado como um sacerdócio, sob o comando de um intelectual do porte de Florestan Fernandes; além disso, haviam desenvolvido também o hábito de realizar a leitura estrutural de texto, herdado da formação francesa e que Giannotti transformara numa verdadeira “mania”. “Mania” que pôde se realizar produtivamente na leitura de Marx, garantindo-lhes um protagonismo intelectual e ideológico que em raras ocasiões ocorreria de modo tão virtuoso (LAHUERTA, 1999).

O valor maior desse projeto intelectual é o de – tendo passado pelas outras vertentes das Ciências Sociais – realizar uma adesão a Marx principalmente de um ângulo que pretende atingir um nível superior de

¹² No que são expressivos os trabalhos de Leo Huberman, Paul Baran, Paul Sweezy, Rodolfo Stavenhagen e do alemão Andre Gunder Frank. O livro *A economia política do crescimento*, de Paul Baran, publicado no Brasil pela Zahar em 1960, é expressivo desse esforço teórico de compreender o “capitalismo monopolista”. Um esforço que pretende acertar as contas com a ideologia desenvolvimentista e que se contrapõe a formulações muito difundidas. A coletânea *Perspectivas da América Latina*, publicada em 1964 e organizada por Paul Sweezy e Leo Huberman, é marcada pela expectativa de que se estava na iminência de uma revolução latino-americana. Em 1965, viria a público o ensaio de Rodolfo Stavenhagen, *Siete tesis equivocadas sobre la América Latina*, questionando as interpretações dualistas do estrutural-funcionalismo e os preconceitos do marxismo dogmático.

cientificidade. Daí a dialética no léxico da Faculdade ser um cacoete incorporado, ainda quando aparece misturada com outras correntes intelectuais (ARANTES, 1992). A citação de Ianni é expressiva do fascínio provocado por essa perspectiva metodológica aos membros do grupo no período:

A análise dialética permite explicar as múltiplas manifestações da consciência social das diversas camadas de um sistema estratificado, bem como as suas expressões grupais ou individuais, em termos do modo pelo qual as pessoas estão inseridas no sistema e conforme se concebem a si mesmas e atuam socialmente. (IANNI, 1962, p. 20).

Diferentemente da simplificação praticada pelo estrutural-funcionalismo, a dialética possibilitaria uma apreensão do dinamismo da vida social, na medida em que permite articular os agentes, os fatores e as possibilidades da ação humana. Nessa perspectiva, as estruturas seriam historicamente determinadas, criadas pelos homens e influenciariam o seu comportamento. Por “congelar” a vida social, a abordagem estrutural-funcionalista não conseguiria captar as mediações, perdendo assim as conexões entre os vários momentos do processo. Não haveria movimento, nem contradição, nem historicidade na análise feita sob sua orientação. Daí a preocupação dos intelectuais da USP quanto à demarcação de um território teórico bem distanciado dessa postura, enfatizando a categoria de totalidade, mas distinguindo-se da noção de totalidade presente no funcionalismo, mais preocupada com “equilíbrios” e “funções”.

Do funcionalismo adviria, inclusive, o culto de uma certa razão dualista que a escola uspiana não se cansaria de desancorar incessantemente, em várias gerações (ARANTES, 1992). A leitura de Marx centrada em *O Capital* os colocaria em guarda contra conceitos como “arcaico” X “moderno” e contra a idéia de dois Brasis. Nessa conceituação, ainda que se procurasse denunciar as desigualdades e o “atraso”, faltava a análise sistemática e cientificamente realizada das várias mediações presentes no processo histórico e a reconstrução, no plano conceitual, da teia de relações e de significados presentes na realidade.

A crítica ao dualismo marcaria fortemente todos os membros da escola (de Florestan Fernandes a Octávio Ianni, de Fernando Henrique Cardoso a Maria Sylvia Carvalho Franco etc.) e, ainda que mais nuançada em alguns do que em outros, teria como seu traço mais expressivo a ênfase nas classes sociais, na análise de sua estrutura e de sua consciência. Nessa perspectiva interpretativa haveria, portanto, a pretensão de se criar um conhecimento superior, que fosse capaz de lidar com a contradição e com a historicidade do processo social, pois a teoria dualista seria

fundamentalmente maniqueísta enrijecendo os processos históricos. Por tal razão, nas análises funcionalistas, a passagem da sociedade tradicional para as sociedades modernas centrava-se num ângulo estritamente econômico, abstraindo-se, em larga medida, as condições sociais do desenvolvimento. De tal modo que, para caracterizar a mudança social, ou se a atribuía aos “fatores econômicos” – desconsiderando-se as alterações nas relações entre os indivíduos e os projetos políticos em disputa – ou à intervenção direta de uma pequena elite iluminada (IANNI, 1965a).

Ruptura metodológica, rigor intelectual e dialética

O movimento que esses intelectuais vinculados à “escola uspiana de Ciências Sociais” estavam fazendo em direção ao marxismo visava estabelecer um enfoque que levasse em conta a especificidade dos países “em situação de subdesenvolvimento”, sem desconsiderar, porém, a análise do processo capitalista geral. Tal ênfase na particularidade, além de revelar a compreensão do capitalismo como uma totalidade, era decorrência da leitura que eles estavam realizando de *O Capital*. A ênfase no rigor metodológico e a tradição alimentada na FFCL-USP, que exigia a leitura estrutural do texto, davam a eles um diferencial em relação a outras leituras da realidade; permitindo-lhes também se manterem afastados da atividade prática, que somente poderia ser a revolucionária, para ser coerente com o suposto teórico. Daí, uma interpretação centrada nas classes sociais e no tema de sua consciência, preocupada em se diferenciar da tradição vigente e em denunciar o “populismo” na política brasileira, mas que não se preocupa em articular sua análise com as crises capitalistas e com as possibilidades da revolução. Ou seja, diferentemente de outras intervenções marxistas preocupadas com a expansão do capital sobre economias pré-capitalistas, mas para estabelecer os nexos com a organização política do proletariado, esse marxismo se desenvolve dentro dos parâmetros estabelecidos por Florestan Fernandes e voltados para cumprir uma pauta: a de constituir um conhecimento científico da realidade social (LAHUERTA, 1999).

Não é à toa que, durante toda a trajetória dos membros do grupo, eles sempre tenham procurado afirmar a superioridade de seu empreendimento intelectual em face de outros projetos¹³. O que não se

¹³ Essa pretensão de cientificidade implícita no projeto intelectual dos uspianos seria questionada por um grupo de sociólogos mineiros treinados no método de investigação empírica – principalmente por sua vinculação com a FLACSO. Também possuidores de um treinamento rigoroso, esses intelectuais (dentre eles, destacam-se Fábio Wanderley Reis, Bolívar Lamounier, Antonio Luis Cintra, Vilmar Faria, etc.) valorizam o funcionalismo e a investigação empírica. Colocam também sérias dúvidas quanto à eficácia do método dialético na pesquisa sociológica, considerando que tal procedimento reproduziria o

constituía em novidade nem caracterizava uma postura estranha à escola uspiana. Afinal, a “missão francesa”, nos primórdios da FFCL-USP, tivera como principal objetivo, justamente, criar uma escola de pensamento distanciada de preconceitos e, portanto, pautada por critérios científicos rigorosos. Daí uma certa desconsideração por qualquer crítica que questionasse a justeza do empreendimento dialético a que haviam se proposto. Diante delas, se colocavam, por princípio, num patamar teórico superior, em virtude do travejamento dialético com que procuravam enfrentar os problemas. Ianni expressa bem essa posição ao minimizar os ataques, dialeticamente, invocando a necessidade de fundir, superar e elevar a um nível superior, outras formas de conhecimento. Dessa forma, superar-se-ia a rigidez do pensamento científico baseado na quantificação de variáveis, dando-se destaque não só à explicação estrutural das relações de classe e do desenvolvimento capitalista, mas também às motivações, orientações de sentido e conexões sociais das ações humanas¹⁴. Além da pretensão dialética, é perceptível a influência da sociologia compreensiva de Weber, sem dúvida uma referência fortíssima na formação uspiana (SILVA, 1997; VIANNA, 1999).

No entanto, a dinâmica ortodoxamente “dialética” do grupo interagiu com a pauta presente no dia-a-dia da Faculdade, onde se cumpria o trabalho, se realizavam as carreiras, se continuava a lidar com os clássicos da Sociologia e se exigia a comprovação empírica como passo importante do procedimento científico. Nesse ambiente, Florestan Fernandes permanecia como a referência mais forte, estimulando a utilização dos vários métodos e ainda preocupado com os obstáculos sociais à mudança. O espaço institucional, através do qual se procuraria articular esse

equivoco – presente no estrutural-funcionalismo e na análise nacional-desenvolvimentista – de afirmar princípios gerais, menosprezando o trabalho empírico em nome de “totalizações” abstratas (SILVA, 1997, p. 78). Donde a exigência de que os esforços intelectuais se concentrassem na elaboração de “teorias de alcance médio”, com o conseqüente abandono das “teorias gerais”. Sem comprovação empírica não haveria proposição teórica válida, o que exigia o abandono de qualquer *part-pris* que compromettesse a apreensão do processo social. Era assim que esse grupo via a posição dos paulistas, em relação à “perspectiva do proletariado” e à seu caráter revolucionário e por isso mesmo a recusavam. “Na verdade o ponto de partida para os mineiros apresentava-se numa distinção entre o que seria um caráter ‘científico’, baseado em dados e pesquisas quantitativas e um ‘pré-científico’, que seria uma estagnação no ensaísmo.” (SILVA, 1997, p. 79). Essa polêmica, ainda que não tenha tido um desdobramento imediato, impregnou a vida institucional nos próximos anos e contribuiu para uma interlocução dos dois grupos, com a assimilação de alguns dos intelectuais mineiros em torno do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) na década de 1970 (LAHUERTA, 1999, 2001). Mas, talvez, o aspecto mais importante dela tenha sido – contrariamente à perspectiva vigente na década de 1960 entre os uspianos – a valorização da pesquisa quantitativa, inclusive porque essa seria uma exigência cada vez mais forte das instituições financiadoras.

¹⁴ Por essa razão, analisando-se as características do marxismo uspiano, nota-se uma enorme preocupação com a temática do sujeito, movimento que decorre da leitura ontológica que orienta a sua abordagem, mas que não deixa de revelar a já apontada influência weberiana (MARTINS, 1998).

“caldeirão” de referências, seria o Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT), criado em 1962, junto à Cadeira de Sociologia I da FFCL-USP, coordenada por Florestan Fernandes (ROMÃO, 2003). A percepção da especificidade, em termos de industrialização e urbanização, da capital paulista no cenário nacional era o principal estímulo para o estabelecimento dessa linha de pesquisa. Esta vivência urbana os diferenciava – aos acadêmicos da FFCL – dos intelectuais articulados em torno do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), não só mais marcados pela influência da CEPAL e partidários de um nacionalismo de combate, mas também habituados a se pensar como uma *intelligentsia*, quase que forçada a exercer um papel explicitamente político, em virtude de sua proximidade com os centros nacionais de poder localizados no Rio de Janeiro (VIANNA, 1997; LAHUERTA, 1999).

Ou seja, não são apenas as presenças de Marx e Weber que levam Florestan Fernandes, e o grupo da USP como um todo, à preocupação com os tipos de atores que foram engendrados pela ordem social competitiva que se constitui no Brasil, mas também sua vivência na capital paulista (ARRUDA, 2001). É essa preocupação que os leva ao tema dos padrões que, ao serem descobertos, permitem a percepção das oportunidades, das condições para o aproveitamento racional dessas circunstâncias (COHN, 1986). São exatamente da segunda metade da década de 1950 os estudos de Florestan Fernandes acerca da “resistência social à mudança”. Neles, ainda que prestando algum tributo às tradições uspianas (desde os primórdios, seguindo a pauta da elite liberal oligárquica que as criara e patrocinara, dedicadas a estudar e desvendar os bloqueios à transformação do Brasil num país desenvolvido e moderno), não deixava de entrar de chofre na discussão sobre a superação dos entraves ao desenvolvimento e à modernização das classes subalternas, rurais e urbanas, impedidas de se inserir no mundo moderno pelo constrangimento de uma socialização refratária à mudança. Daí a ênfase na Educação, concebida criativamente como instrumento de transformação e ressocialização, onde se nota também a presença de Durkheim. Esse caldeirão de influências marca a produção da Escola Paulista de Sociologia no final da década de 1950 e vai delimitar a forma como seus membros procuram recortar e definir não só seus objetos, mas também suas opções intelectuais (SOUZA, 2005).

Nesse processo – como já se expôs anteriormente –, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni, à época assistentes do catedrático Florestan Fernandes, teriam importante papel. Efetivamente F. H. Cardoso e Ianni, em seus estudos sobre a escravidão no sul do País, procurariam inovar, reivindicando explicitamente o uso do método dialético na interpretação dos dados coletados. O trabalho de campo havia sido feito conjuntamente

pelos dois, entre 1955 e 1960, nos moldes da orientação proposta inicialmente por Florestan para pesquisar o preconceito racial e a integração do negro na sociedade de classes¹⁵. No entanto, como resultado das leituras de Marx, os trabalhos, quando apresentados como teses de doutoramentos, trariam à tona a presença das discussões do grupo na forma como concebiam a formação social capitalista no País (IANNI, 1962; CARDOSO, 1977). Trabalham numa linha próxima a Celso Furtado e a Caio Prado Jr., com as categorias de “capitalismo colonial” e “economia colonial”, distanciando-se clara e explicitamente da linha interpretativa do Partido Comunista (PC), centrada na idéia da seqüência de modos de produção e na conceituação da sociedade colonial como semifeudal¹⁶.

A hipótese básica, que começaria a ser desenvolvida a partir da leitura da obra de Marx realizada pelos jovens professores-assistentes da FFCL-USP, centrava-se na idéia de que a acumulação gerada pela exploração do trabalho escravo entrara em contradição com essas relações de trabalho. Com isso, Ianni, F. H. Cardoso e outros dos membros desse grupo de estudo passariam a questionar as teses do “marxismo vulgar” que reduziam o escravismo moderno a uma variante do modelo feudal. Dessa perspectiva, a Abolição da Escravidão corresponderia ao que havia ocorrido na Europa com a superação do feudalismo pelas relações sociais capitalistas. Para o grupo paulista, tal posição deveria ser questionada, pois acreditavam que o escravismo fora um componente decisivo do processo mundial de acumulação do capital¹⁷. Não haveria, portanto, uma contradição objetiva entre o capital e o escravismo que tivesse a radicalidade daquela que contrapusera o capital e o feudalismo.

¹⁵ Resulta também dessas pesquisas, comandadas por Florestan Fernandes, o importante trabalho produzido por Maria Sílvia Carvalho Franco (1997), sobre os homens livres na ordem escravocrata.

¹⁶ O pioneirismo de Caio Prado Jr. está na não aceitação do suposto de que os fatos históricos ocorridos na Europa iriam se repetir em outros lugares. Daí sua dura crítica aos intelectuais do PC por adotarem “[...] conceitos rígidos e dogmaticamente estabelecidos, isto é, decalcados nos textos clássicos e adotados a priori sem maior crítica e confronto com a nossa realidade, a fim de nesses conceitos petrificados e hieráticos ajustar os fatos observados”. Caio recusa a famosa seqüência de modos de produção que havia estabelecido um modelo para os países coloniais e semi-coloniais, que deveria realizar na atual etapa uma revolução de caráter democrático-nacional. Ele refuta tal interpretação por considerar que a formação histórica brasileira havia se constituído com base na grande exploração agrária voltada para o mercado capitalista e não com base na produção individual ou familiar. Donde não fazer sentido falar em restos feudais, pois o Brasil não estaria transitando do feudalismo ao capitalismo, mas sim da colônia à nação, já que, mesmo tendo dado passos nesse sentido, permaneciam a dependência e a subordinação ao sistema econômico e financeiro internacional, no qual ocupa um lugar periférico e marginal como resultado da ação imperialista. Faltava-lhe, portanto, “integrar-se nacionalmente” (PRADO JR., 1966, p. 34-45). É interessante notar que após 1964, como resultado das formulações que vinha desenvolvendo desde a década de 1940, Caio não se renderá às teses estagnacionistas, ao qualificar o capitalismo brasileiro como burocrático ou tecnoburocrático e demonstrar que estava havendo crescimento (PRADO JR., 1966, p. 262-267).

¹⁷ Posição que será apresentada de forma definitiva no trabalho de Fernando Novais (1979), defendido como tese de doutorado em 1973, mas em elaboração desde o início da década de 1960.

Os proprietários de terra, os fazendeiros de café, principalmente, personificavam as necessidades de reprodução capitalista do capital. Dessa perspectiva, o capitalismo brasileiro prescindia de uma nova classe para viabilizar-se. Na contradição com o escravismo, o capital abria caminhos para romper bloqueios sociais e econômicos a seu pleno desenvolvimento (e à sua plena realização). F. H. Cardoso e Ianni interessar-se-iam, inclusive, por estudar quem seriam os protagonistas daquelas mudanças sociais, bem como por suas conseqüências. Daí seus estudos sobre o Estado (IANNI, 1965a), o empresariado industrial (CARDOSO, F., 1972) e o proletariado (IANNI, 1961). Inclusive, tratando exatamente do proletariado, em um conjunto de artigos publicados em revistas e centrados nas condições da industrialização em São Paulo¹⁸, F. H. Cardoso faria um exame daquele que seria, em sua análise, o primeiro grande desbloqueio da história brasileira: a Abolição da Escravidão (MARTINS, 1994, p. 53).

Otávio Ianni, à mesma época, dedicar-se-ia à crítica da concepção de crescimento presente nas propostas de superação do atraso brasileiro, focando-se na questão do Estado e de sua importância para o processo de industrialização. Sua perspectiva era a de que o desenvolvimento (econômico e social) deveria ser contemplado por uma visão mais abrangente do que aquela presente na concepção quantitativa e linear do crescimento. Ianni insistiria na necessidade de se ter uma visão dialética que levasse em conta as contradições estruturais que estavam na raiz dos obstáculos às transformações (IANNI, 1965a, 1965b, 1965c).

O sempre citado prefácio de F. H. Cardoso (1977) a *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* (a primeira edição do livro é de 1962) é expressivo dessa perspectiva de se fundar uma escola de pensamento, daí seu tom de ruptura e de inauguração de uma nova linhagem teórica. Na defesa que F. H. Cardoso faz do método de interpretação dialético, revela-se – além de um sólido conhecimento da obra de Marx e da presença de autores como Weber, Mannheim e Freyer – a pretensão de se impor sobre outras interpretações que associam o marxismo “[...] a um ponto de vista filosófico e a uma atividade definida diante dos problemas sociais [...]” (CARDOSO, F., 1977, p. 13). Nessa linha de argumentação, insiste em diferenciar o conceito de totalidade, tal como usado enquanto recurso interpretativo pela explicação dialética, de outras concepções da realidade

¹⁸ Refiro-me aos textos de Fernando Henrique Cardoso, tratando da industrialização em São Paulo, escritos entre 1959 e 1961 e publicados em revistas nacionais e estrangeiras (CARDOSO, F., 1960a, 1960b, 1961a, 1961b).

que também privilegiam a noção de todo, tais como a interpretação funcionalista e a abordagem “estruturalista”¹⁹.

F. H. Cardoso almejava no texto, assim como o faziam também em seus escritos os outros participantes do Grupo d' *O Capital*, em especial O. Ianni, justamente a comprovação da superioridade técnica da interpretação dialética diante de outras correntes, na medida em que ela permitia representar conceitualmente a ação social sem despojá-la de seus atributos reais. Ao contrário, a análise evidenciaria o **sentido** inerente à ação humana e simultaneamente revelaria sua qualidade “[...] de transformar a si e à natureza pela *negação* da realidade constituída [...]” (CARDOSO, F., 1977, p. 20, grifo do autor). Como se vivia uma época de “revolução social” (IANNI, 1965c) e de expectativas generalizadas de mudança, nada mais coerente com a pretensão de cientificidade e rigor metodológico do grupo do que assumir o método dialético como garantia do sucesso de seu empreendimento.

Dialética, dualidade e modernização

A radicalização ética e a pretendida ruptura metodológica dos intelectuais da FFCL se efetivariam, portanto, num contexto muito específico. Críticos do nacional-desenvolvimentismo, defendido pelos isebianos, e marcados por uma preocupação com o rigor metodológico e por um treinamento intenso nas técnicas de pesquisa, os intelectuais da Maria Antonia pretendiam personificar um padrão de organização do trabalho intelectual autônomo diante das injunções imediatamente políticas.

Evidentemente, com a radicalização da conjuntura política, entre 1961 e 1964, a cultura universitária uspiana sofreria também um forte deslocamento à esquerda, com a preocupação militante envolvendo seus alunos e professores. Nesses anos, inclusive, a vinculação deles com a cultura de esquerda amplia-se – com o crescimento da presença organizada do PC no ambiente da FFCL-USP, mas, principalmente, através

¹⁹ Em suas próprias palavras, “[...] Na abordagem estruturalista e entre os funcionalistas que apelam para a noção de desequilíbrio funcional ou para a idéia de ‘disfunção’ para explicar o processo de mudança, este acabou sendo visto em termos mecanicistas ou através do artifício metodológico que consiste na representação da estática e da dinâmica social como dois estados de fluxo social. Na interpretação dialética, ao contrário, o fluxo social é representado como um *contínuo*. Sociologicamente o *contínuo* pode ser explicado porque a ação é vista ao mesmo tempo como resultado motivado por condições exteriores e como *praxis* [...]” (CARDOSO, F., 1977, p. 22, grifo do autor).

do surgimento da POLOP²⁰ –, tornando-se muito mais marcante do que havia sido durante a década de 1950. Para eles, até então, a idéia de engajamento mantivera-se nos limites da luta pela escola pública, desdobrando-se na intervenção nos assuntos universitários, mas, no essencial, concentrando-se na discussão teórica.

Numa palavra, enquanto os isebianos estavam preocupados com as reformas sociais e começavam a colocar-se diante do intrincado tema da representação política, a pauta desenvolvida pelos uspianos, conforme procurou-se demonstrar, mantinha-se fiel à sua meta de produzir uma “ciência social e uma filosofia” rigorosas (GIANNOTTI, 1984). É por isso que o grupo de intelectuais da Maria Antonia permanece, pelo menos até 1964, numa relação de equidistância com relação à teorização cepalina²¹ e preocupa-se em não ser confundido com as posições políticas do PC. Do ponto de vista da imagem que faziam deles próprios, consideravam-se à esquerda de todas essas posições, em virtude de seu treinamento em métodos e técnicas de pesquisa e de seu marxismo rigoroso. O que explica, inclusive, porque do final da década de 1950, progressivamente, as pesquisas realizadas na FFCL deslocam-se do estudo das conseqüências sociais do escravismo e do preconceito racial para temas como formação das classes sociais urbanas, alienação e consciência de classe, sindicalismo, empresariado etc.

Há que se ressaltar, porém, que a leitura de Marx vai dar seus frutos mais significativos, inclusive com maiores conseqüências políticas, a partir de 1964, não só pelo abalo que a FFCL-USP sofreria com a intervenção militar, mas, principalmente, pela necessidade de acertar as contas com as interpretações vigentes até então e pelo imperativo de explicar o Golpe Militar e suas conseqüências para o País. Nesse acerto de contas, radicaliza-se a crítica ao nacional-desenvolvimentismo, ao “populismo” e ao “marxismo” praticado pelos comunistas (WEFFFORT, 1965a, 1965b, 1966, 1978; IANNI, 1975). Valendo-se das outras influências presentes no ambiente

²⁰ A POLOP (ou ORM-POLOP que significa Organização Revolucionária Marxista-Política Operária) surgiu por volta de 1961, como resultado da junção de vários pequenos grupos contrários à política de alianças e à visão do processo brasileiro presentes no Partido Comunista Brasileiro (PCB). Com forte penetração nos meios universitários, a POLOP propunha a luta armada revolucionária para se atingir o socialismo e recusava a linha reformista e incremental que era característica da política do PC, principalmente depois de 1958. A organização encontrou campo fértil no ambiente crescentemente radicalizado da FFCL-USP, do início da década de 1960, inclusive pela presença de uma leitura de Marx alternativa à da intelectualidade comunista (RIDENTI, 1993; ARANTES, 1995; SADER, 1996; LAHUERTA, 1999).

²¹ Após 1964, inclusive em virtude da presença de Wefffort e F. H. Cardoso junto à instituição, os vínculos se tornam mais intensos. Indicador disso é que o curso de Economia Política promovido pela CEPAL em São Paulo seria assistido por vários intelectuais vinculados à cultura da Maria Antonia, entre eles: Luiz Pereira, Amélia Cohn, Gabriel Cohn, João Manuel Cardoso de Mello, Luiz Gonzaga de Melo Belluzo, Carlos Eduardo Gonçalves.

da FFCL-USP, principalmente de Max Weber, e apoiados na leitura recente de Sartre e de Lukács, seriam retomados alguns conceitos (como subjetividade, consciência, ideologia, etc.) que eram pouco valorizados tanto pelo marxismo oficial, centrado na sucessão de modos de produção e no predomínio da infra-estrutura, quanto pelo funcionalismo presente na sociologia americana.

De modo que, após 1964, esses intelectuais tiveram que aprofundar sua diferenciação com relação às idéias-força que organizavam o debate intelectual no início da década de 1960. Tais idéias consideravam que o processo de industrialização do País era subordinado e bloqueado pelo interesses dos países industrializados (imperialistas) e que só seria possível desenvolver um projeto nacional autônomo, através de uma aliança de classes, comandada pela burguesia e sob a égide do Estado. No entanto, apesar da disposição crítica ensaiada pela intelectualidade uspiana, era dentro dessas referências e de seus contrapontos esquerdistas que a vida cultural do País e do continente continuaria a se mover durante um tempo. Ainda se demoraria alguns anos para se superar tais interpretações, pois a “teoria da dependência” estava sendo formulada e só ganharia a cena pública alguns anos depois.

O que importa reter é que, desde o final da década de 1950, vinha se aprofundando uma guinada à esquerda da intelectualidade paulistana, não só por sua adesão explícita ao marxismo, mas também por sua participação em revistas como a *Revista Brasiliense*²², em São Paulo, explicitamente vinculada a uma perspectiva marxista e de esquerda e que encerraria suas atividades no início de 1964. Depois do Golpe alguns desses intelectuais passariam a colaborar com a revista *Civilização Brasileira*²³, produzida no Rio de Janeiro e concebida para agregar a intelectualidade oposicionista.

A colaboração em revistas identificadas com a esquerda, aparentemente, sinalizava uma mudança de atitude dos intelectuais da

²² A *Revista Brasiliense*, dirigida por Caio Prado Jr., teve seu primeiro número lançado em outubro de 1955 e seu último número (51), em fevereiro de 1964. Para os padrões de produção cultural da época a revista foi um verdadeiro prodígio, atingindo em oito anos um número de edições bastante expressivo e mantendo sua regularidade trimestral. Ainda que contasse com uma equipe de colaboradores permanentes e se abrisse para a jovem intelectualidade de esquerda, seu sucesso não pode ser compreendido sem que se leve em conta a forte personalidade intelectual de Caio Prado Jr., seu criador e principal estimulador, juntamente com Elias Chaves Neto. De certo modo, em suas páginas o programa nacional-democrático, que era a marca hegemônica da Esquerda durante o período, encontrou sua mais elaborada formulação (LIMONGI, 1987).

²³ Especialmente, Octávio Ianni que, desde o número de lançamento da revista, em março de 1965, até o encerramento de suas atividades, em virtude do Ato Institucional nº 5 (AI5), permanecerá como integrante de seu Conselho de Redação. Diga-se de passagem, que este era composto, essencialmente, por intelectuais do Rio de Janeiro, em geral, sem vínculos com a universidade. A exceção, além do próprio Ianni, era o antropólogo Edison Carneiro.

Rua Maria Antonia. Afinal, estes, ao longo dos anos 1950, preocupados com o desenvolvimento de uma tecnologia do saber condizente com as conquistas científicas contemporâneas, haviam negligenciado muitos dos problemas apresentados pela intelectualidade carioca, por considerá-los excessivamente ideológicos (TOLEDO, 1978; GIANNOTTI, 1984). Contudo, tal comportamento, ainda que fosse motivo de ironias por parte dos intelectuais sediados no Rio de Janeiro²⁴, não impediria que a sociologia uspiana fosse definindo uma pauta temática, cada vez mais, em interlocução com as questões colocadas pela reflexão da intelectualidade nacionalista concentrada no Rio de Janeiro²⁵.

No entanto, conforme estamos vendo, o movimento dos paulistas, mesmo antes de 1964, não vinha sendo tão “acadêmico” quanto a ironia dos cariocas supunha, fermentando um “marxismo universitário”, em torno da FFCL-USP, que viria a ter grande importância no debate cultural posterior. No fundo, na busca de um pensamento rigoroso desde a década de 1940, mas principalmente com o Seminário sobre Marx, a partir de 1958, afirmava-se um posicionamento político implícito acerca do nacionalismo e da esquerda ligada ao PC. Ainda assim, apesar da crítica a muitos dos pressupostos da cultura política nacional-desenvolvimentista exercitada pela intelectualidade uspiana, há um terreno comum que só vai se tornando mais claro a partir do Golpe de 1964²⁶. É esse terreno comum que possibilita que os professores da USP entrem na discussão

²⁴ É expressivo disso o comentário que Guerreiro Ramos faz, em 1963, sobre o texto de Florestan Fernandes “O padrão do trabalho científico dos sociólogos brasileiros”, no prefácio que escreve para a reedição de seu livro *A redução sociológica*. Nele qualifica o texto de Florestan como uma manifestação típica da “ideologia de professor de sociologia no Brasil”, marcada pelo “provincianismo” e pelo “bovarismo” (RAMOS, 1996, p. 26).

²⁵ O que seria reconhecido pelo próprio Guerreiro Ramos no referido prefácio ao afirmar que, ainda que marcado por certo esoterismo, o trabalho de Florestan Fernandes citado revelava que o “professor paulista estava em processo de autocrítica”, na medida em que admitia que a Sociologia (e os sociólogos) não podia se omitir diante do dever de se colocar “a serviço das tendências de reconstrução social”. Para Guerreiro Ramos, a autocrítica de Florestan devia-se à influência de Mannheim e abria-lhe a perspectiva de tornar-se um sociólogo militante (RAMOS, 1996, p. 29).

²⁶ José Arthur Giannotti dirá em uma entrevista dada vinte anos depois sobre o Seminário do Capital e sobre sua relação com os isebianos: “[...] queríamos não apenas entender Marx por si mesmo, mas sobretudo entender o capitalismo moderno. Nossos resultados foram importantes e daquele esforço nasceu toda uma nova geração de leitores de Marx no Brasil. Avallamos, porém, erroneamente diversas coisas. Percebíamos, por exemplo, o enorme apelo ideológico do ISEB, mas não achávamos válido entrar em polémica com ele, considerando os isebianos adversários extremamente frágeis do ponto de vista teórico, frágeis diante do tipo de rigor que era nossa pauta na USP cuja ênfase caía na tecnologia do saber. Hoje, somos obrigados a reconhecer que, enquanto alimentávamos uma visão mais escolar do marxismo, eles estavam colocando já naquele momento o problema básico: o problema da relação da sociedade civil com o estado. Na trilha ideológica do ISEB, havia, pelo menos essa questão fundamental que depois veio a ser ponto essencial da reflexão de todo mundo. A verdade, entretanto, é que 1964 pegou a todos nós desprevenidos. A nós, ao ISEB, ao PC, ao conjunto da esquerda [...]” (GIANNOTTI, 1984, p. 85).

nacional, de tal modo que o espaço acadêmico vai se tornando também, paulatinamente, um espaço político.

Com o Golpe Militar, os frutos da cultura universitária vão introduzindo novos elementos no pensamento político da esquerda²⁷. Lentamente, os dilemas de um país fragmentado, marcado por uma experiência coletiva essencialmente dualista (ARANTES, 1992), seriam novamente recolocados, com ênfase especial às elites desvinculadas da sociedade real e ao sistema representativo ineficiente. Contudo, a primeira reação é a de alimentar a expectativa de que a presença militar teria curta duração e de que seria relativamente fácil voltar à normalidade. A consequência disso é um processo de radicalização ética que desloca para a esquerda o ambiente da FFCL-USP criando um clima favorável às teses estagnacionistas e voluntaristas, acirrando a desvalorização dos aspectos formais da democracia e do liberalismo. Esse é, portanto, um momento no qual se aprofundam as críticas às posições hegemônicas até então, só que no essencial, tais críticas se concentram na denúncia das posições defendidas pelos nacionalistas e pelos comunistas, contribuindo para exacerbar o esquerdismo entre os estudantes. Ou seja, mesmo o cientista social mais rigoroso, ainda que procurasse manter um certo distanciamento crítico, freqüentemente acabou por se entregar à alguma ilusão de redenção social e aos mitos da cultura heróica. Não por acaso, a vida estudantil torna-se um celeiro de jovens que se vinculam à luta armada (RIDENTI, 1993).

Contudo, levaria algum tempo para que a reflexão dialética que vinha sendo elaborada pelo grupo de intelectuais “uspianos” fosse capaz de compreender a existência de um dualismo estrutural na experiência brasileira que possibilitava a junção entre o atraso e o moderno. Tanto a reflexão política quanto a produção artística teriam que explicar, contra as teses estagnacionistas e o voluntarismo, não só a frustração das reformas não realizadas, mas, principalmente, a realidade de uma modernização capitalista que ocorria prescindindo da democracia política.

²⁷ O embate intelectual que se trava nos anos imediatamente posteriores ao Golpe Militar é extremamente positivo, anunciando fortes elementos de crítica à cultura política do período anterior. O primeiro grande debate é econômico, envolve Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares, entre outros, e gira em torno dos “entranhos estruturais”. Neste momento ainda não se considera o Estado autoritário como funcional e necessário ao desenvolvimento. Um passo em relação à tese do bloqueio estrutural é dado com o tema do “desenvolvimento do subdesenvolvimento” (A. Gunder Frank). E mais adiante, com a “teoria da dependência”. Em seguida, com a descoberta de que a economia não está condenada à estagnação. A revisão implicava também a rediscussão do papel da burguesia nacional, da classe média e da própria classe operária. Ainda que presa a muitos dos mitos que criticava na velha visão (especialmente ao da revolução), a revisão iniciada anunciava horizontes promissores, quando foi interrompida pela maré repressiva do pós-68. Ou seja, interrompida abruptamente, a revisão sistemática da antiga cultura política ficaria a meio caminho (PÉCAUT, 1990, p. 205; LAHUERTA, 1999).

À guisa de conclusão

Paulo Eduardo Arantes (1992), em importante estudo sobre Antonio Candido e Roberto Schwarz, mas que é um balanço da cultura filosófica e sociológica da Maria Antonia, chama a atenção para o fato de que a preocupação em fazer a crítica ao dualismo, tal como proposto em várias “interpretações do Brasil”, teria sido uma verdadeira obsessão do grupo da USP Resgatando justamente o empenho da cultura uspiana em fazer a crítica teórica ao dualismo, Arantes põe o dedo na ferida: todo grande intelectual brasileiro, ao menos em algum momento, viveu e lastimou a ambivalência de se perceber fora de eixo em relação ao mundo do qual se considera parte. Esse sentimento de inadequação esteve fortemente presente tanto no pensamento dos isebianos, com sua idéia de que o “complexo colonial” era marcado por uma situação de “alienação global” (CORBISIER, 1956), mas não deixou também de freqüentar a sociologia uspiana anterior ao Golpe de 1964, preocupada com os obstáculos estruturais ao desenvolvimento capitalista no Brasil. Nesses dois modelos intelectuais haveria em comum o intuito de remover os constrangimentos que nos separavam do moderno²⁸.

Ao longo da década de 1950, a cultura brasileira, marcada pela tensão decorrente da fidelidade ao duplo presente (ao dado local e ao modelo europeu, depois norte-americano), viveria mais um processo dual de integração e diferenciação, de incorporação do geral para alcançar a expressão do particular (ARANTES, 1992, p. 17). É por isso que o dualismo teria se manifestado de maneiras as mais diversas: como contraste entre dois mundos vinculados pela colonização; como persistência do Antigo Regime num contexto de desenvolvimento capitalista acelerado; como oposição entre regiões e atores sociais; como contraposição atraso x moderno; ou como interno x externo. Seria a própria condição de país periférico, só que extremamente contraditória e dinâmica, que tornaria compreensível que a intelectualidade brasileira, em vários momentos, no afã de pensar o País, acabasse se aproximando de uma “metodologia de contrários”, estruturada a partir de conceitos polares.

Ou seja, o dualismo seria uma concepção de largo espectro, pois antes de se tornar “[...] modelo econômico, tipologia sociológica ou chave de interpretação histórica, foi sobretudo expressão de uma experiência

²⁸ Arantes dirá a esse respeito, que o que define, genericamente, a “experiência brasileira” é a “sensação de dualidade que impregna a vida mental numa nação periférica”. De tal forma isso ocorre que o intelectual brasileiro vivencia “um certo sentimento íntimo de inadequação”, já que “situado entre duas realidades, condenado a oscilar entre dois níveis de cultura” (ARANTES, 1992, p. 14-16).

coletiva [...]” (ARANTES, 1992, p. 22). Não é por outra razão que nesses anos o modelo dualista penetra as explicações sobre quase tudo, desde a Colônia até Juscelino Kubitschek de Oliveira (JK). Durante a segunda metade da década de 1950, havia se generalizado o sentimento de que o Brasil ainda era um país por se fazer, com contradições não resolvidas, fora do eixo da modernidade, com uma formação européia que não conseguia completar-se. De modo que, diferentemente do que ocorrera na década de 1920, em todas as proposições em curso não há nenhuma apologia das “vantagens do atraso” (VIANNA, 1988), a questão é a da modernização integral do dado local, ainda que as estratégias para se atingi-la pudessem ser muito diferentes.

Destaque-se que, mesmo em São Paulo, em torno do grupo reunido na FFCL-USP, onde se pretendia a ruptura radical com as tradições intelectuais empenhadas em “explicar o Brasil” e a superação do que se considerava uma visão aristocrática do país, o pensamento social teve que aprofundar sua interpretação da complexa relação entre “atraso” e “moderno”. Reconhecia-se à época que a pretensão de desancorar a concepção patriarcal e a certeza de sua maior cientificidade não garantiam que o pensamento radical já em gestação estivesse pronto para apreender, com a sensibilidade necessária, a complexa realidade do País. E isso não apenas devido ao tempo que seria necessário para a assimilação dos autores e técnicas postos na pauta desse grupo de intelectuais; mas também porque fomos esquecidos pelos autores preocupados em explicar os mecanismos sociais gerados no processo de construção da Europa moderna e sua extensão norte-americana. Portanto, nesse momento, a principal questão desses intelectuais é, de posse de um novo instrumental, encontrar a chave que os ajudasse a nos decifrar. Nesse movimento, conforme vimos, defrontaram-se com um conjunto variado de interlocutores (CEPAL, ISEB, PCB, funcionalismo norte-americano, estruturalismo etc.), mas que, em sua diversidade, tinham em comum a pretensão de acertar o relógio das situações de “atraso” em relação à modernidade capitalista; alguns desses interlocutores colocavam inclusive, o problema de sua superação.

Até o início da década de 1960, Florestan Fernandes se mantém na ponta dessa corrida, procurando desenvolver os instrumentos que nos dessem a chave para responder a essa equação. No entanto, quanto mais exigente e rigorosa se tornava a procura dessa chave, mais parecia evidente a distância que nos separava dos parâmetros sociológicos estabelecidos. Daí seu ecletismo (COHN, 1987) e sua verdadeira obsessão por “padrões” e “dilemas” (COHN, 1986), pois a emergência de um Brasil sociológico revelava, acima de tudo, as ausências que dificultavam a instituição da

“ordem social competitiva” entre nós. De certo modo, o livro de Florestan Fernandes *A integração do negro na sociedade de classes*, publicado pela primeira vez em 1965, pode ser considerado a melhor realização da sociologia brasileira no que se refere à análise dos obstáculos estruturais à implantação da ordem social competitiva (FERNANDES, 1965).

A emergência de uma nova geração forçaria, por sua ambição teórica e pelo protagonismo intelectual decorrente de sua leitura rigorosa de Marx, não só o seu principal professor, mas o conjunto da reflexão social do País, a enfrentar um posicionamento metodológico novo, assumidamente à esquerda, e que se pretendia mais bem fundamentado teoricamente. Com o Golpe Militar e suas conseqüências, o desafio intelectual não seria mais apenas o de compreender e superar os obstáculos estruturais à modernização do País, mas também o de desvendar as formas através das quais o “atraso” se combinava com o “moderno” e era funcional a ele.

LAHUERTA, M. Searching for brazilian social formation: marxism and academic life. *Perspectivas*, São Paulo, v. 28, p. 157-186, jul./dez. 2005.

■ **ABSTRACT:** *The text discuss the articulation between the national-developmentism found in the cultural output of the decade of 1950 and the lineup, essentially academic and scientific, proposed by the so-called “school of sociology uspiana”, under the command of Florestan Fernandes. Despite the apparent incongruity of the two propositions, the article intends to show that, in the situation of ideological and political radicalization that took place in the period, and because of the reading of Marx employed by the disciples of Fernandes, a displacement of that group for a position of left could happen, what has made it’s discussion closer to the hegemonic subjects of that time.*

■ **KEYWORDS:** *National-developmentism. Marxism. Academic life. Intellectuals. Duality. Dialectics.*

Referências

ANDERSON, P. *Considerações sobre marxismo ocidental*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ARANTES, P. E. *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. *Um departamento francês no ultramar: estudos sobre a formação filosófica da cultura uspiana (uma experiência dos anos 60)*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

_____. Origens do marxismo filosófico no Brasil: José Arthur Giannotti nos anos 60. In: MORAES, J. O. (Org.). *História do marxismo no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995. p. 125-181.

ARRUDA, M. A. N. A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a “escola paulista de sociologia”. In: MICELI, S. (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Sumaré, FAPESP, 1995. v. 2, p. 105-231.

_____. *Metrópole e cultura: São Paulo no meio século XX*. Bauru: EDUSC, 2001.

BASTOS, E. R. Pensamento social na escola sociológica paulista. In: MICELI, S. *O que ler na ciência social brasileira, 1970-2002*. São Paulo: ANPOCS, Editora Sumaré; Brasília: CAPES, 2002. p. 183-230.

BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

CANDIDO, A. Prefácio. In: FERNANDES, F. *A condição de Sociólogo*. São Paulo: Hucitec, 1978.

CARDOSO, F. H. Condições sociais da industrialização: o caso de São Paulo. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 28, p. 38-54, mar./abr. 1960a.

_____. O café e a industrialização em São Paulo. *Revista de História*, São Paulo, n. 42, p. 87-102, 1960b.

_____. Condições e fatores sociais da industrialização de São Paulo. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n. 11, p. 63-91, 1961a.

_____. Le prolétariat brésilien: situation et comportement social. *Sociologie du travail*, Paris, ano III, n. 4, p. 47-74, 1961b.

_____. *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes: ideologias do empresariado industrial argentino e brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

_____. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. 2. ed. São Paulo: DIFEL, 1972.

_____. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARDOSO, F. H.; FALLETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1975.

CARDOSO, M. L. Para uma história da sociologia no Brasil: a obra sociológica de Florestan Fernandes (algumas questões preliminares). Coleção Documentos - Instituto de Estudos Avançados (USP): São Paulo, maio 1995.

CARVALHO FRANCO, M. S. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

COHN, G. Perspectivas da esquerda. In: IANNI, O. et al.. *Política e revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. p. 127-157.

_____. Padrões e dilemas: o pensamento de Florestan Fernandes. In: MORAES, R.; ANTUNES, R.; FERRANTE, V. B. (Org.). *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 125-148.

_____. O ecletismo bem temperado. In: D'INCAO, M. A. *Osaber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Editora da UNESP, 1987. p. 48-53.

CORBISIER, R. *Formação e problema da cultura brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1956.

FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ed. Dominus, 1965. 2 v.

_____. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

_____. Entrevista. *Transformação*, Assis, n. 2, p. 5-86, 1975.

_____. *A sociologia numa era de revolução social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

_____. *A condição do Sociólogo*. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. *A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo da sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1980.

FREITAG, B. Democratização, universidade e revolução. In: D' INCAO, M. A. (Org.). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. São Paulo: Editora da UNESP; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 163-180.

FURTADO, C. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GIANNOTTI, J. A. Notas para uma análise metodológica de “O Capital”. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 29, p. 36-60, maio/jun. 1960.

_____. A propósito de uma incursão na dialética. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 101-109, jun. 1965.

_____. Acabou o capitalismo, é a barbárie? *Presença: Revista de Política e Cultura*, São Paulo, n. 3, p. 37-52, maio 1984.

_____. Recepções de Marx. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 50, p.115-124, mar. 1998.

IANNI, O. Condições institucionais do comportamento político operário. *Revista Brasiliense*. n. 36, p. 17-39, jul./ago. 1961.

_____. *As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional*. São Paulo: DIFEL, 1962.

_____. *Estado e capitalismo: estrutura social e industrialização no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965a.

_____. Democracia e progresso. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 5-13, maio 1965b.

_____. Processo político e desenvolvimento econômico. In: IANNI, O. et al. *Política e revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965c. p. 13-62.

_____. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

LAHUERTA, M. *Intelectuais e transição: entre a política e a profissão*. 1999. 271 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Departamento de Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

_____. Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil. *Cadernos AEL: Tempo de Ditadura*, Campinas, v. 8, n. 14/15, p. 53-93, 2001.

LIMONGI, F. P. Marxismo, nacionalismo e cultura: Caio Prado Jr. e a Revista Brasiliense. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 2, n. 5, p. 27-46, out. 1987.

MARTINS, J. S. *O poder do atraso: ensaios e sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. *Florestan: sociologia e consciência social no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 1998.

MARTINS, T. G. *Raízes da sociologia brasileira: Florestan Fernandes e a questão do intelectual*. 2002, 142 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

MICELI, S. Condicionantes do desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil.(1930-1964). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 2, n. 5, p. 5-26, out. 1987.

MOTA, C. G. As Ciências Sociais na América Latina: proposta de periodização (1945-1983). In: MORAES, R.; ANTUNES, R.; FERRANTE, V. B. (Org.). *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 278-305.

NOBRE, M. A filosofia na USP sob a ditadura militar. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 53, p. 137-150, mar. 1999.

NOVAIS, F. A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979.

ORTIZ, R. Notas sobre as Ciências Sociais no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 27, p. 163-175, jun. 1990.

PAIVA, V. P. *Paulo Freire e o nacionalismo-desenvolvimentista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

NOGUEIRA, M. A. (Org.). *PCB: vinte anos de política (1958-1979)*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

PÉCAUT, D. *Os intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo: Ática, 1990.

PRADO JR., C. *A revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.

RAMOS, A. G. *Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo (Prefácio a uma Sociologia Nacional)*. Rio de Janeiro: Andes, 1954.

_____. *A redução sociológica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

RIDENTI, M. S. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora UNESP, 1993.

ROMÃO, W. *A experiência do CESIT: sociologia e política acadêmica nos anos 1960*. 2003. 164 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

SADER, E. Nós que amávamos tanto “O Capital”. *Praga: revista de estudos marxistas*, São Paulo, n. 1, p. 55-77, set./dez. 1996.

SANTOS, M. C. L. (Org.). *Maria Antônia: uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel, 1988.

SCHWARZ, R. *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. Nunca fomos tão engajados. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 26 jul. 1984. MAIS!, p. 5.

_____. Um seminário de Marx. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 50, p. 99-114, mar. 1998.

SILVA, L. F. A discussão teórico-metodológica nos marxistas acadêmicos do grupo d’ “O Capital”. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, n. 3, p. 71-86, 1997.

SOUZA, P. O. *Os dilemas da democracia no Brasil: um estudo sobre o pensamento de Florestan Fernandes*. 2005. 154 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2005.

TOLEDO, C. N. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1978.

WEFFORT, F. C. Raízes sociais do populismo em São Paulo. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 39-60, maio 1965a.

_____. Políticas de massas. In: IANNI, O. et al. *Política e revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965b. p. 159-198.

_____. Estado e massas no Brasil. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n.7, p. 137-158, maio 1966.

_____. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

VIANNA, L. W. Vantagens do moderno, vantagens do atraso. *Presença: Revista de Política e Cultura*, Rio de Janeiro, n. 12, p. 145-162, jul. 1988.

_____. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, Revan, 1997.

_____. Weber e a interpretação do Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 53, p. 33-47, mar. 1999.